



A ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE PERNAMBUCO: A EMERGÊNCIA E O DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

Bruno Melo de Araújo¹

Ricardo de Aguiar Pacheco²

RESUMO

As décadas de 1930 e 1940, os debates a cerca do ensino e da educação são intensificados. O Estado Novo percebendo sua instrumentalidade de legitimação se torna ator principal de políticas públicas para a educação, propondo assim planos e campanhas para seus cidadãos. Temos presente que neste período houve a encampação da Escola Superior de Agricultura de São Bento por parte do Governo Estadual e sua conseqüente reestruturação e regulamentação. Entendemos que este movimento representa o projeto modernizador de educação proposto pelo governo. Neste sentido, compreender o desenvolvimento do ensino superior agrícola em nosso estado se torna de fundamental importância para compreendermos os mecanismos de estruturação e dominação do campo universitário, localizando dentro de suas redes de significados e condições de possibilidades às estratégias que possibilitaram a consolidação do projeto universitário. Para tanto, utilizaremos as contribuições teórico-metodológicas de Pierre Bourdieu que através da noção de campo social nos oferece ferramentas para pensar o campo universitário em suas especificidades. Neste contexto, nossos estudos apontam para interpretação deste processo a partir dos conceitos de *Campo*, *Habitus* e *Capital Simbólico*, no qual podemos evidenciar os campos que são definidos a partir dos conflitos e das tensões no que diz respeito à sua própria delimitação e constituídos por sua rede de relações ou de oposições entre os atores sociais.

Palavras-chave: História, Educação, Universidade, Modernidade

ABSTRACT

The 1930s and 1940s, debates about teaching and education is intensified. The New State realizing his instrumentality of legitimation becomes the main actor of public policies for education, thus proposing plans and campaigns for their citizens. We are aware that this period was the takeover of the College of Agriculture of São Bento by the State Government and its consequent restructuring and regulation. We understand that this movement represents the modernizing project of education proposed by the government. In this sense, understanding the development of higher education in agriculture, our state becomes of fundamental importance for understanding the mechanisms of structuring and domination of the university campus, locating within their networks of meanings and conditions of possible strategies that enabled the consolidation of the university project. For this purpose, use the contributions theoretical and methodological of Pierre Bourdieu that through the notion of social field offers us tools for thinking about the universities in their specificities. In this context, our studies indicate that interpretation of process from the concepts of *field*, *habitus* and *symbolic capital*, in which we can highlight the fields that are defined from the conflicts and tensions with regard to their

¹ Estudante do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Rua da Baixa, nº 294, Guararapes – Jaboatão. E-mail: brunomelodearaujo@yahoo.com.br.

² Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco e orientador do programa de trabalho. Av. Dom Manoel de Medeiros. S/N. Dois Irmãos. E-mail: Pacheco_ricardo@yahoo.com.br.



own boundaries and constituted by its network of relationships or oppositions between the social actors.

Keywords: History, Education, University, Modernity

A educação está profundamente ligada ao sistema ideológico que legitima e justifica o Estado. Partindo deste pressuposto podemos observar nas instituições subordinadas uma interdependência que estrutura e delimitam os papéis exercidos pelos indivíduos e mecanismos do Estado, reforçando conseqüentemente os laços de dependência.

O Estado Novo foi um período que apresentou de forma nítida estas relações. Estabelecendo-se por vias golpistas, o mesmo foi implantado por Getúlio Vargas sob a justificativa de conter as ameaças comunistas ao Brasil. A ditadura Getulista tinha percepção de áreas de atuação do Estado para sua legitimação. Uma maior atenção se processa nos setores da educação, da propaganda e do civismo, que acreditamos estarem imbricadamente ligados, visto que a política cultural do Estado Novo buscou criar um projeto de nação vinculado ao projeto político que lhe dava sustentação.

Para poder compreender esta nova concepção de sociedade, trabalhamos com o conceito de Modernidade, como forma de explicitar o pensamento que esta inaugurou e os Estados Modernos buscaram seguir. Ela inaugura com seus preceitos um grande projeto para o homem individualmente responsável pela sua vida e pela humanidade, surgindo assim, como uma esperança aos indivíduos, pois esta viria a eliminar todos os males sociais e levaria o homem à felicidade.

Autores como Touraine apontam em sua obra de crítica a Modernidade, uma preocupação central com a construção do grande projeto histórico da Modernidade, destacando seus aspectos positivos e negativos. Afirmando este, que houve com certeza, grandes avanços. Que os homens avançaram de uma sociedade tradicional, alicerçada na fé e no tradicionalismo, para uma sociedade dirigida pela racionalidade, fazendo com que a sociedade que se crie não seja uma máquina de manipulação de indivíduos.

A idéia de modernidade substitui Deus no centro da sociedade pela ciência, deixando as crenças religiosas para a vida privada. Não basta que estejam presentes as aplicações tecnológicas da ciência para que se fale de sociedade moderna. É preciso, além disso, que a atividade intelectual seja protegida das propagandas políticas ou das crenças religiosas, que impessoalidade das leis proteja contra o nepotismo, o clientelismo e a corrupção, que as administrações públicas e privadas não sejam instrumentos de um poder



pessoal, que vida pública e vida privada sejam separadas, assim como devem ser as fortunas privadas do orçamento do Estado ou das empresas.³

Como vemos, para Touraine a modernidade é o tempo em que a idéia de um Deus criador é substituída pela racionalidade da ciência onde não se buscava mais explicações sobrenaturais para os acontecimentos, mas através da metodologia científica, os caminhos que levaria os homens a verdade. A sociedade moderna assim é a sociedade da razão onde não há espaços para teologias. Da teologia como centro se passou à racionalidade da ciência, à possibilidade de controle da natureza.

A ideologia ocidental da modernidade, que podemos chamar de modernismo, substituiu a idéia de Sujeito e a de Deus à qual ela se prendia, da mesma forma que as meditações sobre a alma foram substituídas pela dissecação aos dos cadáveres ou o estudo das sinapses do cérebro. Nem a sociedade, nem a história, nem a vida individual, dizem os modernistas, estão submetidas à vontade de um ser supremo a qual devem aceitar ou sobre a qual se pode agir pela magia. O indivíduo só está submetido às leis naturais.⁴

O sistema social e sua diagnose resultarão em uma constante perturbação, distúrbio da sociedade. Nessa incessante busca por novas direções de atividade e crescimento fará com que estes proclamem seus novos inimigos. Eles serão os responsáveis por todo fracasso ou impossibilidade do projeto desejado para a nação. O projeto Moderno se estabelece em sua ambivalência. Na necessidade de se opor a tudo que lhe for avesso, que se contraponha aos seus preceitos. Corroborando com nossa análise Marshall Berman aponta a cerca desta insaciável marcha do projeto Moderno

Sua própria necessidade de desenvolvimento habilita-a a negar suas negações internas: ela se nutre e se revigora daquilo que lhe opõe, torna-se mais forte em meio a pressões e crises que em tempo de paz, transforma inimizade em intimidade e detratores em aliados.⁵

Em meio a tantas tarefas que deste Estado Moderno se propõe a resolver, a educação surge como importante instrumento de transformação de toda a sociedade, buscando, fundamentalmente a libertação dos seus dogmas e sua mudança comportamental.

A partir de 1930 um intenso debate sobre a questão da educação é percebida como instrumento de legitimação do Estado Novo. O governo central se tornou ator principal de políticas referentes à manutenção e estabelecimento de seus planos de governo e campanha pelo sonhado Estado Moderno, devendo investir na educação de seus cidadãos. Por estes anos, os debates acerca do ensino universitário é intensificado, extrapolando inclusive do

³ TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade**, Trad. Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes, 1994. P.18.

⁴ IDEM. P.34.

⁵ BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. A aventura da Modernidade. 2ªed. Companhia das letras. P.135

âmbito do congresso. De acordo com Nagle, diferentes tarefas eram atribuídas à universidades pelos grupos que, no âmbito da sociedade civil lideravam essa discussão:

“O preparo das classes dirigentes – ponto de honra dos sistemas democráticos –, a formação do professorado secundário e superior – problema importante dado o autodidatismo reinante – e o desenvolvimento de uma obra nacionalizadora da mocidade – núcleo para o qual convergem os problemas da universidade e da sociedade”.⁶

O debate acerca da anexação das instituições de ensino superior ganha maior destaque com a regulamentação do Ensino proposta por Francisco Campos realizada em 1931. Esta não foi aceita de forma satisfatória pelos grupos que se envolveram na sua construção. Essa reforma, aliás, como afirmam Schwartzman⁷ e Paim⁸, constituiu-se em uma frustração para os grupos sediados na Associação Brasileira de Educação, que tinham uma expectativa de intervir na definição da política educacional a ser estabelecida pelo governo.

A reforma que se processou no ensino superior se consubstanciou na elaboração do Estatuto das Universidades Brasileiras “que trazem a marca da ambigüidade, decorrência do caráter conciliatório do projeto governamental”⁹. É o próprio Campos que afirma que seu projeto “representa um estado de equilíbrio entre tendências opostas, de todas consubstanciando elementos possível assimilação pelo meio nacional”¹⁰.

A organização de Universidades foi bastante facilitada e as exigências e determinações do Estatuto das Universidades, fez com que diversas instituições viessem a surgir:

“A principal inovação prevista no Estatuto era a possibilidade (e não a obrigatoriedade) de incluir entre as escolas que iriam compor a universidade uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras, instituição meio híbrida, que deveria se constituir, por um lado, em um *órgão de alta cultura ou de ciência pura e desinteressada*, e por outro, ser, antes de tudo e eminentemente, um Instituto de Educação, destinada a formar professores especialmente para o ensino normal e secundário”¹¹.

Apesar da facilitação de organização de núcleos universitários, houve o desapontamento de muitos educadores com o novo Ministério, pela sua ênfase dada à criação de uma Faculdade de Educação, nas universidades, para formar professores do ensino secundário, que respondia aos planos de Francisco Campos (que priorizava o ensino médio),

⁶ NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, EDUSP. 1976. P.134.

⁷ SCHWARTZMAN, Simon. **A Formação da Comunidade Científica no Brasil**. São Paulo e Rio de Janeiro: FINEP.1979.

⁸ PAIM, Antônio. Por Uma Universidade no Rio de Janeiro. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.) e outros. **Universidades e instituições científicas no Brasil**. Brasília: CNPq. P.182.

⁹ MENDONÇA, Ana Waleska P.C.. **A Universidade no Brasil**. IN: Revista Brasileira de Educação. MAI/JUN/JUL/AGO 2000. Nº14. P.138.

¹⁰ SCHWARTZMAN, 1979. P. 142.

¹¹ MENDONCA, 2000. P.139.



do que aos anseios dos educadores preocupados com a criação de uma Universidade voltada às atividades de pesquisa.

Simon Schwartzman aponta que Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde Pública do governo Vargas 1937/45, aproveitou o Estado Novo para implantar seu novo projeto universitário. Então, foi criada a Universidade do Brasil, que serviria como modelo único de ensino superior em todo território nacional. Constituindo-se essa como a mais significativa da centralização autoritária do ensino superior brasileiro¹². Para Capanema, o projeto universitário estava para além de se construir uma elite de escritores e artistas:

A elite que precisamos formar, ao invés de se constituir por essas expressões isoladas da cultura brasileira, índices fragmentários da nossa precária civilização, será o corpo técnico, o bloco formado por especialistas em todos os ramos da atividade humana, com capacidade bastante para assumir, em massa, cada um no seu setor, a direção da vida no Brasil: nos campos, nas escolas, nos laboratórios, nos gabinetes de física e química, nos estaleiros, no comércio, na indústria, nas universidades, nos múltiplos aspectos da vida individual, nas letras e nas artes, como nos postos do governo. Elite ativa, eficiente, capaz de organizar, mobilizar, movimentar-se e comandar a nação¹³.

Nesse contexto, as instituições de superior são inseridas em uma nova concepção de Sociedade Moderna. Seus preceitos de um grande projeto para a sociedade surgem como uma esperança aos indivíduos, pois esta eliminaria as precariedades da sociedade e levaria os homens ao desenvolvimento técnico, científico que propiciaria conseqüentemente sua felicidade.

Inserindo Pernambuco neste debate, percebe-se a atuação do Interventor Federal, Agamenon Magalhães na execução deste projeto social. Em artigo publicado no periódico a Folha da Manhã o mesmo apresenta sua visão do ensino superior em nosso estado

Pernambuco é um grande centro universitário e também o Estado que está procurando resolver os problemas econômicos e sociais, oferecendo por isso, oportunidades para inquéritos, observação e experiências aos que estudam e se interessam pelas questões sérias e decisivas para o nosso futuro. Sente-se a viva curiosidade pela renovação, que se processa, em todos setores sociais. Consideramos o governo um problema de cultura objetiva.¹⁴

O reconhecimento da potencialidade universitária pernambucana é apresentada pelo interventor do estado. Para ele, a instituição e sua conseqüente estruturação possibilitariam um maior desenvolvimento do estado e o solucionamento de suas necessidades e deficiências

¹² SCHWARTZMAN, P.221.

¹³ APUD. SCHWARTZMAN.Simon. **Tempos de Capanema**. São Paulo. Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000. P.221. Entrevista concedida pelo Ministro Capanema à Agência Meridional Ltda. (Diários Associados).

¹⁴ MAGALHÃES, Agamenon. “**Renovação Universitária**”. In: Folha da Manhã, matutino. Recife: 27.07.1944, p.03.



assistidas por nossa sociedade neste momento, contribuindo assim na construção do seu projeto de Modernidade.

Ainda neste artigo, o mesmo relata a visita de estudantes de outros estados do país (Bahia e de São Paulo) e de diversos cursos (Direito, Medicina e Agronomia) que visitaram as nossas escolas e serviços sociais realizando um intercâmbio cultural e intelectual. Neste relato o mesmo apresenta que

Na troca de idéias, que tive com os estudantes. Verifiquei, e isso é o que desejo divulgar, a renovação universitária, num sentido realista. Deixam os estudantes as escolas e seus lares, abandonam a comodidade dos gabinetes e procuram conhecer o Brasil, na diversidade de suas regiões e dos seus problemas. Estão compreendendo os valores das novas gerações que os fatos é que modificam e orientam o pensamento, em todas suas formas. Parece que não há mais lugar no mundo para os contemplativos. A ação é que atrai e empolga as inteligências. Um desejo agudo de realizar e fazer qualquer coisa de grande e útil, de enfrentar os problemas e decifrá-los, é o que agita o pensamento universitário brasileiro¹⁵

A defesa da educação pelo Estado fica evidente neste artigo veiculado na Folha da Manhã, onde o Interventor de Pernambuco faz com que percebamos a instrumentalidade da sua atuação no palco das transformações vividas no Estado Novo em Pernambuco e a necessidade e instrumentalidade de um aparelho ideológico fortalecido.

O fortalecimento do Estado estaria intrinsecamente ligado com a formação de um grupo de indivíduos que compartilhassem de um ideal, de uma educação associada a determinado meio, que além de serem produto de uma história coletiva, na qual se compartilham categorias de pensamento, categorias de juízo, esquemas de percepção, sistemas de valores, dentre outros. Estes indivíduos compartilhariam do que Pierre Bourdieu denominaria de um *Habitus que* não se constituiria como um fato, algo dado, mas como um conjunto de condições de possibilidades, mediante a qual se torna possível um confronto, um enfrentamento, dependendo do lugar que se exerce, no caso, o campo.

Tendo presente que neste período houve a encampação da Escola Superior de Agricultura de São Bento por parte do Governo Estadual e sua conseqüente reestruturação e regulamentação. Assistimos um movimento que representa um dos projetos modernizadores de educação universitária em Pernambuco como também a constituição de Campo de evidenciado a partir dos conflitos e das tensões no que diz respeito a sua própria delimitação e constituídos por sua rede de relações ou oposições entre os atores sociais.

¹⁵ IBIDEM.



Percebendo a importância da atuação do Estado na organização do ensino superior, acreditamos que a criação da Escola Superior de Agricultura de Pernambuco em 1936 em decorrência da lei estadual nº 2.243 de 09 de dezembro de 1936 e o ato nº 1.802 do Poder executivo, com a conseqüente desapropriação do Engenho de São Bento, passando a Escola Superior de Agricultura do Engenho de São Bento a denominar-se Escola Superior de Agricultura de Pernambuco. E, posteriormente em 12 de março de 1938, pelo decreto nº 82, a instituição sendo transferida para uma fazenda do Estado, em Dois Irmãos, no Recife como uma nítida política pública ligada a necessidade de modernização das instituições de ensino superior como também das técnicas de produção agrícola em Pernambuco.

REFERÊNCIAS:

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar.** A aventura da Modernidade. 2ªed. Companhia das letras.

BOURDIEU, Pierre. **Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CHAUÍ, Marilena. **A Universidade Brasileira sobre nova perspectiva.** Revista Brasileira de Educação, nº24. Set/dez . 2003.

HUNT, Lynn.(org.). **A nova história cultural.** Tradução Jefferson Luis Camargo, São. Paulo: Martins Fontes, 1992.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C.. **A Universidade no Brasil.** IN: Revista Brasileira de Educação. MAI/JUN/JUL/AGO 2000. Nº14.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** São Paulo: EPU, EDUSP.

PAIM, Antônio. **Por Uma Universidade no Rio de Janeiro.** In: SCHWARTZMAN, Simon (org.) e outros. Universidades e instituições científicas no Brasil. Brasília: CNPq. 1982.

SCHWARTZMAN. **A Formação da Comunidade Científica no Brasil.** São Paulo e Rio de Janeiro: FINEP. 1979.

SCHWARTZMAN.Simon. **Tempos de Capanema.** São Paulo. Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade,** Trad. Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes, 1994.

